



Mulher por mérito e não por quotas

ANO sim, ano sim, a mulher moçambicana comemora "o seu dia", a 7 de Abril. Generalizo aqui, ao afirmar "o seu dia" - 7 de Abril, pois há mulheres que não consideram aquela data como sua, por esta, a data, ter "nascido" da Frelimo. Mas, porque a bandeira usada pela Frelimo na luta da mulher pela igualdade "agrada" a todas, o dia acaba sendo de todas elas, sejam elas da Renamo, sejam da Frelimo, sejam do MDM, sejam militantes de outros partidos, e mesmo aquelas que não estão filiadas a nenhuma organização política.

A mensagem principal das comemorações da data neste ano não foi diferente. Seguiu o mesmo guião: que a mulher continue a lutar pela igualdade, tanto na esfera política, assim como nas esferas sociais e económicas. Entre outros objectivos, que os cargos de responsabilidade na governação política (ministérios, empresas, instituições, etc.) lhes sejam também atribuídos. Defendem nomeadamente que, tal como os homens, elas também estão em condições de dirigir. Se calhar ainda melhor.

Numa de respaldar a pretensão da mulher, a Assembleia da República chegou a definir o critério de atribuição de mandatos (aos deputados), por quotas. Isto é, entendeu o nosso parlamento que para haver equidade, o país tinha de ter "x" número de deputadas e "y" número de deputados. Não se preocupou a nossa "casa do povo" com o mérito que deveria (deve) presidir a indicação de uma determinada figura para esta ou aquela posição, neste caso a de deputada(o).

Para animar ainda mais as coisas, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) - antigos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (voltarei um dia a este assunto dos OBJECTIVOS) definiram que até 2030, as quotas de atribuição de funções de direcção nas instituições públicas e não só, deverão estar ao nível de 50/50... Não dizem, os ODS, que critérios serão usados para que mais mulheres venham a "dirigir o mundo", desequilibrando a actual situação que se caracteriza pelo domínio do chamado sexo forte.

POR MÉRITO E NÃO POR QUOTAS

A pretensão das "nossas" mulheres é legítima. Sendo elas parte importante (e determinante) da sociedade, porque é que não podem pretender dirigir os destinos desta sociedade? Como grupo social importante - veja-se o seu papel na construção e desenvolvimento da família - é justo e natural que elas tenham a pretensão de dirigir os destinos das instituições mais importantes de Moçambique.

A luta pela igualdade de direitos entre o homem e a mulher no nosso país começou a ganhar corpo nos longínquos anos de 1960, durante a luta pela independência nacional. Na ocasião, a Frelimo, compreendendo que

para que a guerra contra o regime colonial português atingisse todas as dimensões - política, social e cultural, isto é, uma guerra levada a cabo por todo o povo (sem discriminação de qualquer espécie) - decidiu que a mulher devia participar em todas as actividades que corporizavam a guerra. Com esta medida a Frelimo lançava as primeiras sementes de igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher. Com o evoluir da guerra, paulatinamente foram sendo reveladas as capacidades das mulheres. O facto levou a que a algumas delas fossem confiadas cargos de responsabilidade. Rezam as crónicas da guerra que a ascensão dessas mulheres a cargos de chefia foi feita com base no mérito.

Tanto durante as celebrações do Dia da Mulher Moçambicana, como a partir de alguns pronunciamentos públicos, tem sobressaído, algumas vezes, a ideia de que à mulher deve-se-lhe, de "qualquer jeito" atribuir cargos de direcção nas instituições, quer públicas, assim como de outra natureza. Sobressai alguns desses pronunciamentos a ideia de que tal atribuição de cargos deve ser feita apenas porque "é seu direito". Não se vislumbra a partir de alguns desses pronunciamentos a ideia de que a atribuição de cargos deva ser feita com base no mérito sufragado a partir da demonstração de competências no exercício desta ou daquela outra tarefa.

Pelo mundo fora, vimos mulheres que atingiram os píncaros. Veja-se a Alemanha, que está a ser dirigida sabiamente por uma mulher, Ângela Merkel. Veja-se a Inglaterra, que foi dirigida, também sabiamente por uma mulher, Margaret Thatcher. Vejam-se os Estados Unidos da América, que tiveram duas Secretárias de Estado (ministras dos negócios estrangeiros), veja-se a Argentina, que foi dirigida por uma mulher, veja-se o Brasil que está sendo dirigido por uma mulher. Veja-se a África do Sul que tem uma ministra dos negócios estrangeiros, veja-se a Libéria, que está a ser dirigida por uma mulher. O Malawi já o foi também.

Aqui no nosso país, vejam-se os casos de Luísa Diogo, Graça Machel, Helena Taipo, Vitória Diogo, Verónica Macamo, Beatriz Buchili, só para citar alguns exemplos, até de mukheristas e de tantas outras mulheres que, cada uma no seu posto, vêm mostrando o quão são capazes de "levar a bom porto" qualquer tipo de barco. Todas estas "damas" chegaram onde chegaram graças à sua competência. Portanto, a mulher, para alcançar as escadas mais acima, deve deixar de exigir por exigir. A exigência deve ser feita com base no mérito. Tenho por isso para mim que o mais importante é o mérito. É a competência. Não as "quotas". Por isso, mulher, estude, aprenda, forme-se, cultive-se...

Noticias
Opinião e Análise
20-04-2016
29
29.713